

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara – SP**

CAROLINA MARTINS FERRO

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS**  
**NO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN**



ARARAQUARA – SP

2012

CAROLINA MARTINS FERRO

**A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS  
NO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Economia, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Adílson Marques Gennari

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Elton Eustáquio Casagrande

ARARAQUARA – SP

2012

## **AGRADACIMENTOS**

Agradeço à minha família por todo o apoio e confiança. Aos meus amigos pela alegria e amadurecimento compartilhado. E aos docentes do Departamento de Economia da Faculdade Júlio de Mesquita Filho por me proporcionarem o conhecimento necessário para minha formação acadêmica e meu desenvolvimento humano.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo demonstrar as ideias revolucionárias do economista ganhador do prêmio Nobel, Amartya Sen. Seus ideais e sua história de vida contribuíram para uma visão da lógica econômica de forma mais social. O trabalho realizado nesta Monografia ocorreu através de revisão bibliográfica, destacando a perspectiva da pobreza, do desenvolvimento e das políticas sociais de forma mais humana, levando em consideração as capacidades dos indivíduos em detrimento de medidas puramente relacionadas com a variável renda.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
Capítulo I. O que é pobreza como privação de capacidades .....	8
1.1 Introdução .....	8
1.2 Agravantes da pobreza .....	9
1.3 A Questão da Renda.....	11
1.4 A Questão da Satisfação .....	12
1.5 Conclusão .....	14
Capítulo II. O que é desenvolvimento .....	15
2.1 Introdução .....	15
2.2 Liberdade .....	15
2.3 Combate à Pobreza.....	19
2.4 Conclusão .....	20
Capítulo III. A questão da política social.....	22
3.1 Introdução .....	22
3.2 As Abordagens.....	22
3.3 Os Bens Públicos.....	23
3.4 Os Auxílios e o Emprego.....	24
3.5 Conclusão .....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	30

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa focar as concepções de desenvolvimento, pobreza e políticas sociais do Nobel de economia Amartya Sen. Seus estudos revolucionaram a forma de pensar o desenvolvimento, valorizando outros aspectos além da capacitação humana de não passar por necessidades básicas como medida de qualidade de vida, deixando para trás o conceito padrão da renda, que se tornou ultrapassado como medida principal no índice de desenvolvimento.

Suas concepções tem a particularidade de olhar para a pobreza não como um estado atual de falta de bens materiais somente. Para Sen pobreza é aquilo que priva o agente de bem estar como acesso à saúde de qualidade, educação, prática da religião, elevada expectativa de vida, baixa mortalidade infantil, tudo o que é relativo à qualidade de vida do ser humano. Pessoas que estão continuamente marginalizadas em relação às oportunidades de desenvolvimento, pessoas que não possuem capacitações para o mercado de trabalho, por exemplo, veem minguar as chances de modificar sua vida e de sua família. Para isso, algumas soluções seriam simples, como melhores políticas públicas para alocação eficiente de emprego, saúde e alimentos.

Em sua obra mais conhecida e principal apoio desse trabalho, *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen esmiúça a questão do bem-estar não mais do ponto de vista de fatores estáticos e tangíveis, e sim do ponto de vista da liberdade, meio e fim para se chegar ao desenvolvimento. Questões simples, como não poder trabalhar em uma área segura ou não poder ofertar sua mão de obra no mercado desejado, é um grande empecilho para o desenvolvimento. Assim, políticas públicas tornam-se essenciais para garantir o bem estar social dos mais desprovidos, pois desenvolvimento humano não é luxo dos ricos, é condição do Estado que deve prover serviços sociais relevantes antes de ter renda elevada, como defende a visão tradicional. E para isso, os indivíduos não podem ser passivos a tais políticas afinal ela é uma via de duas mãos, é influenciada e influencia as capacidades intrínsecas ao agente. Tais políticas devem ter “uma abordagem integrada e multifacetada, visando a um processo simultâneo em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforçam mutuamente.” (Sen, 2000).

A intenção de diminuir a injustiça no mundo não ocorre através de teorias perfeitas, pois conforme a vida em sociedade vai se tornando mais complexa, maiores tornam-se as desigualdades. A diminuição das injustiças é parte do trabalho árduo, de julgamentos, discussões e comprometimento dentro de cada sociedade. Cada sociedade possui suas

peculiaridades. Então, o que se espera também do indivíduo é um envolvimento com sua sociedade de modo a permitir que sua própria voz seja crítica leve-o à liberdade.

E é a capacitação do agente que garante sua liberdade. A capacitação é o empoderamento do agente, melhor dizendo, o poder de escolha do indivíduo. Por exemplo, jejuar. Jejuar envolve a questão da liberdade quando feita por vontade própria como uma forma de manifestação, uma opção do indivíduo. Mas é a capacitação do mesmo que garante tal poder de escolha de fazer o que lhe parece melhor e quais consequências tal ato o leva. Sen rejeita as padronizações da realidade e defende a voz crítica a fim de gerar o bem estar desejado a cada indivíduo.

Desse modo, A Igualdade de Capacitação Básica, definida por Sen em *Equality of What* é o suposto no qual o ser humano estaria capacitado a mudar sua situação de vida através de seu potencial. Ou seja, ter direito aos bens primários sociais e assim usufruir de tais utilidades, que não é uma medida de capacitação da pessoa e sim uma relação mental de cada indivíduo, uma relação de satisfação que é peculiar a cada pessoa. Os bens primários sociais são os direitos, liberdade, oportunidade, renda e riqueza, definidos por Rawls<sup>1</sup> em seu conceito de igualdade. Para o mesmo, igualdade pressupõe dois princípios de justiça: o da igualdade dos bens primários sociais e o princípio da diferença, ou seja, a distribuição de renda e riqueza não precisa ser igual, mas deve ser vantajosa para todos, de modo que as posições de autoridade e de responsabilidade devem ser acessíveis a todos também.

---

<sup>1</sup> Rawls foi um filósofo que em [A Theory of Justice](#) (1971) desenvolveu a questão da justiça como equidade. (SEN, A. **Equality of what?**)

## Capítulo I

### O que é pobreza como privação de capacidades

#### 1.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é defender uma nova visão sobre a definição de pobreza, menos arraigada na questão de falta de renda ou em questões materiais, e sim voltadas para relações sociais que preenchem o dia a dia das pessoas. Por estas relações de trocas e de trabalho que se configuram a renda e bens materiais. Ou seja, pobreza como privação de capacidades. A falta de competência que alguns indivíduos possuem, não por incapacidade, e sim por falta de oportunidade, como é o caso de quem não consegue um emprego, por estar suscetível a doenças, possuir baixo nível de instrução e assim, acabar tornando-se um excluído social. É necessário mudar a visão de que a renda é um fim para erradicar a pobreza, e enxergar que a renda é um meio para acabar com a limitação de capacidade, o verdadeiro fim para se conquistar o desenvolvimento, através de sociedades mais igualitárias e justas.

Pobreza é o estado que um ser, uma nação, sociedade ou família encontra-se quando não dispõe de condições que proporcionam o mínimo bem estar. Geralmente quando se escuta a palavra “pobreza” logo nos remetemos à imagem de um mendigo ou uma criança pedindo moedas no semáforo. Ou seja, uma pessoa completamente desprovida de bens materiais e/ou de condições de vida minimamente saudável. O que não difere da definição encontrada no dicionário Aurélio, ao qual pobreza é definida como: *s.f. 1. Estado ou qualidade de pobre; 2. Falta do necessário à vida; escassez, indigência, penúria; 3. A classe dos pobres; 4. Pequeno número, pouca abundância;*

Por outro lado, capacidade é desenvolver competência, fornecer autonomia, criar autoconfiança e promover o progresso através das atividades e evolução da capacitação humana, produto resultante do conhecimento, habilidade e atitude. E é do fazer e ser que consiste a capacitação. Assim sendo, são qualidades (ou melhor, atividades) intrínsecas à condição da vida, agregando funções e avaliações no enriquecimento da qualidade da mesma.

De acordo com a inspiração para tal trabalho, o economista indiano Amartya Sen, o pensamento em relação à pobreza quando limitado a variável renda é um tanto quanto vago e simplista. Para ele, a renda é apenas um instrumento que distingue pobreza e oportunidade, ou melhor, que pode proporcionar uma vida mais confortável e agradável, dependendo das capacidades do indivíduo, do meio em que vive e da forma que usa seus



conhecimentos para suprir suas necessidades. Chamamos tal independência social e econômica de capacitação do ser humano. De modo que a prerrogativa de que ter uma renda elevada facilita e garante acesso à saúde, cultura, educação, entre outros, para aqueles que não têm tal facilidade de acesso à renda e seus benefícios acabam comprometendo a própria oportunidade de qualificar-se para competir no mercado de trabalho, ter saúde e educação, o que novamente o impede na busca de renda mais alta e maior conforto. Ou seja, a privação em primeira instância muitas vezes acaba comprometendo o desenvolvimento do ser no decorrer da vida.

## **1.2 Agravantes da pobreza**

No entanto, há fatores que influenciam de forma mais intensa na agregação de conhecimento e, por consequência, capacidade. Um dos fatores é a idade, que interfere no ciclo e interdependência entre renda e capacidade, por exemplo. Crianças e idosos necessitam de tratamentos mais específicos e são mais dependentes de adultos e médicos, justamente por serem fases da vida ao qual o indivíduo encontra-se bastante suscetível a doenças e limitações. Justamente por necessitarem de cuidados mais específicos há um dispêndio maior na renda com saúde e alimentação, por exemplo. Mas por todos estes cuidados e limites, criança e idoso não estão aptos a ingressarem no mercado de trabalho, a fim de auferirem renda para sustento próprio ou de demais pessoas. Ou seja, a idade torna-se um agravante entre renda e capacitação (neste caso, podemos ler capacitação como independência, liberdade de não depender de outra pessoa), de modo que é necessário ajuda financeira de terceiros, no mínimo.

Outro agravante é a questão do papel sexual e social concernentes a certo tipo de pessoas em algumas sociedades. A mulher, por exemplo, é muitas vezes condicionada ao papel de mãe, somente. Assim, ela é privada da oportunidade de capacitação e geração de renda por tradição. Tal como acontece em algumas culturas asiáticas e algumas africanas, ao qual há uma preferência maior pelas crianças do sexo masculino, de forma que a divisão da renda na família não é justa e não favorece a inserção da mulher no mercado de trabalho, muito menos o acesso à cultura, informação, saúde, entre outros. Há relatos de diferenciação até mesmo de quantidade de comida entre filhos homens e mulheres, favorecendo a nutrição do descendente masculino em detrimento do descendente feminino.

Outro fator de interferência é, por vezes, a localização. O lugar onde se encontra a residência pode acabar influenciando negativamente na agregação de renda/conhecimento. É o caso de locais que muitas vezes estão sujeitos a processos destrutivos e danosos como

inundações, secas e a própria violência (zonas de guerra, favela), dificultando o acesso da população a uma farmácia ou um posto de saúde em seu bairro, escolas de qualidade sem necessidade de um grande investimento em transporte e/ou tempo, ou mesmo colocando em risco a vida devido a desmoronamentos ou sendo vítima de balas perdidas, o que é muito frequente quando se encontra em uma área marginalizada. Assim como problemas de localização, questões ligadas a regiões com doenças endêmicas tornam-se um fardo para agregar conhecimento e capacidades, dado ser uma questão de falta de qualidade de vida e que só podem ser resolvidas através de investimentos públicos em vacinas, prevenção, medicação e, sobretudo, informações.

Tais fatores, agravantes na potencial capacitação e obtenção de liberdade (financeira e/ou social), são definidos por Sen como um acoplamento de desvantagens. Tal acoplamento é resultado de fatores que acabam por agravar a privação da renda e capacidade, de modo a causar mais adversidades na tentativa de conversão de pouca renda em funcionamentos dada baixa capacitação, ou seja, idade, localização, incapacidade ou doença reduzem o potencial para auferir renda e/ou capacidade. Mas também dificulta a conversão de renda em capacidade. E é isso que podemos chamar de pobreza real. Tal “pobreza” se refere à escassez de capacidade, ao qual a renda é mero instrumento (meio) para obter a capacitação e a potencializar a autonomia e o desenvolvimento humano (fim). Tal abordagem transforma a condição do ser humano muito mais intensa e autônoma (socialmente dizendo) do que do ponto de vista da renda. O que a torna um ponto de vista crucial para elaboração e conscientização dos governantes e dos governados sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para atender tais deficiências, ou seja, tentando diminuir a enorme lacuna de desigualdade entre renda e oportunidades.

Assim, Sen define:

*“O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins.”*<sup>2</sup>

Dessa forma chegamos uma questão plausível e relevante de extrema veracidade: a carência relativa de renda pode gerar uma carência absoluta de oportunidades e

---

<sup>2</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 123.

capacidades, afinal a criança ao nascer que é poupada de uma nutrição mínima adequada pode desenvolver deficiências motoras, entre outras, por toda vida. Mesmo que posteriormente tal criança tenha disponível renda para proporcionar métodos e processos para tentar reverter à situação, algumas de suas liberdades jamais existirão. Muitas vezes uma subnutrição em umas das mais críticas fases de desenvolvimento humano, o recém-nascimento, pode acabar gerando a morte.

### 1.3 A Questão da Renda

Como dito anteriormente, a pessoa que tem acesso à renda possivelmente também possui vantagens ao acesso à educação e saúde. É possível pressupor que a garantia ao acesso de tais vantagens proporcione maior agregação de renda e valor no decorrer do tempo, visto o aumento na qualidade de vida. Melhor dizendo, uma pessoa esclarecida que usufruiu de benefícios educacionais como ensino superior de qualidade, aulas de línguas estrangeiras, maior acesso a tecnologias que proporcionam maior conhecimento, bem como acesso a saúde de qualidade, alimentação balanceada, atividade física e um bom convívio social acabam por fornecer capacidades que o indivíduo utiliza em sua vida adulta para conseguir um bom emprego, por exemplo. Assim, uma pessoa que teve acesso à vantagens qualitativas durante a vida, proporcionadas por uma renda mais elevada (de seus pais, por exemplo) acaba por influenciar a acumulação de maior nível renda, pelo indivíduo quando adulto. E com maiores vantagens e capacidades a vida tenderia a oferecer e potencializar uma maior produção e, conseqüentemente, renda mais elevada. Ou seja, o aumento da capacidade contribui para auferir renda. E é esta última relação que é necessária para a eliminação da pobreza de renda, afinal se as pessoas têm acesso à saúde e educação básica de qualidade, seu potencial aumenta propiciando maior produção e assim, renda mais elevada. Ou seja, capacitar para gerar renda:

“Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.”<sup>3</sup>

Porém as políticas não devem ser motivadas somente para eliminação da pobreza de renda, mas sim para a eliminação das desigualdades e devem proporcionar medidas que favoreçam o bem estar de todos bem como o alcance da capacitação dos seres humanos. A

---

<sup>3</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 124.

expansão das capacidades humanas são considerações básicas e tendem a andar junto com a produtividade e a capacidade de auferir renda:

*“[...] aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes.”*<sup>4</sup>

#### **1.4 A Questão da Satisfação**

A abordagem da capacitação é inspirada nos ensaios dos economistas políticos clássicos, Marx e Adam Smith, como nos introduz Sen<sup>5</sup>. Para os dois, as funções e as capacitações do indivíduo são determinantes para seu próprio bem estar. Mas para Marx é intrínseco à qualidade de ser humano fazer parte e exercer atividades para alcançar o contentamento e o sucesso da vida humana. Mas contentamento propriamente dito é completamente subjetivo e sujeito a variações diversas para cada tipo de necessidade, cultura, política, entre outras. Por exemplo, a autonomia de uma pessoa que vive em um país rico é ter acesso a toda qualidade de vida, como educação, saúde, salários bons, lazer, mas também é fazer parte de tal sociedade. Ou seja, ter carro, eletrodomésticos, aparelhos tecnológicos entre tantas outras coisas que garantem conforto e status encontrados na sociedade ao qual está inserido. Já um cidadão em um país muito mais pobre e em um regime ditatorial, por exemplo, não fará questão de ter o carro mais novo do ano, mas com certeza almejará democracia e liberdade, sobretudo, bem como saúde, livre arbítrio, poder de escolha e não passar fome entre outras necessidades básicas.

De acordo com o cálculo utilitarista<sup>6</sup> de satisfação, a felicidade é baseada em valoração de produto, ou seja, qual a cesta de bens que provêm a maior satisfação para seu consumidor. Cada indivíduo tem uma cesta de bens necessária e que lhe traz contentamento, de acordo com suas preferências, necessidades, número de integrantes da família, tradição alimentar, entre outros. Porém essa mensuração é completamente subjetiva e mental. Ou seja, essa perspectiva, apesar de ser largamente utilizada, não se mostra suficientemente confiável para demonstrar a real depreciação da vida de uma pessoa. Ela é passível de falhas, pois uma pessoa que vive há muito tempo em uma privação extrema, não fica “não satisfeito” o tempo todo. Isto é, os gostos e preferências

---

<sup>4</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 126.

<sup>5</sup> SEN, A. **Development as Capability Expansion**. Página 3.

<sup>6</sup> SEN, A. **Equality of what?** Página 4.

vão sendo transformados e adaptados de acordo com a conjuntura ao qual o indivíduo está inserido. A cesta de bens não é estática e imutável. Não há uma cesta de bens ideal. Segundo Sen, as pessoas que vivem em miséria fazem de tudo para tirar felicidade de cada situação e conquistas, ou seja, elas adaptam suas preferências de acordo com a situação, não medindo esforços para sair de tal condição, mas em proporções mais realistas. Ou seja, as satisfações mudam e variam de acordo com o tempo, lugar, situação.

Na literatura das “necessidades básicas” a definição das mesmas pode ser resumida como uma quantidade mínima de produtos essenciais como comida, roupas e moradia. Mas esta é uma definição que pode ser considerada falha, afinal a utilidade deste ponto de vista só é medida pela felicidade da conversão de renda em produtos que trazem satisfação e/ou capacitação. E tal satisfação é dada como uma quantia fixa de produto/felicidade. O que não é coerente, afinal a necessidade de comida e nutrientes para virar capacitação (ser bem nutrido) varia de acordo com o metabolismo, gênero, idade, gravidez, entre muitas outras coisas entre as pessoas. Este é um campo completamente específico que possui alguns aspectos comuns como alimentação balanceada, acesso à vacinas, remédios, informações e educação, mas que não pode medir e nem comparar o que traz mais felicidade e em qual proporção, como uma receita de bolo que possui a quantidade exata de cada ingrediente e a forma de usá-los.

Sen utiliza os princípios de Rawls<sup>7</sup> em seu livro sobre justiça para enriquecer sua concepção de capacidades. Em tal livro, Rawls definiu o “princípio da diferença” como a forma de se tratar os indivíduos, melhor dizendo, princípio ao qual todos possuem necessidades semelhantes, mas com intensidades e variações diferentes. E assim surgem os “bens primários”, do mesmo autor, ao qual fazem parte renda e riqueza, mas também liberdades, poder e prerrogativa de trabalho, responsabilidade e noções de respeito. Ou seja, toda questão política e social que o ser humano precisa para interagir com bom senso através da sociedade.

*“Rawls is much concerned that the fact that different people have different ends must not to be lost in the evaluative process and people should have the freedom to pursue their respective ends.”*<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 197. Páginas 17-22.

<sup>8</sup> SEN, A. **Development as Capability Expansion**. Página 8.

Mas para Sen<sup>9</sup>, os “bens primários” são meios para chegar à liberdade enquanto a capacitação é, por ela mesma, a própria liberdade. O problema com a teoria Rawlsiana, segundo Sen, é que ela supõe que, para os mesmos fins, a habilidade das pessoas em transformar bens primários em conquistas, ou seja, em realização seja igual. Assim, não é possível medir o enriquecimento da vida (qualidade de vida e liberdade) através desta conversão de bens primários em “feitos”.

### **1.5 Conclusão**

Por isso, o nível de pobreza acaba sendo outra variável relativa. Como dito antes, há necessidades comuns a qualquer indivíduo, como alimentação balanceada, acesso à saúde e educação, ou seja, questões sociais que envolvem o empoderamento do ser. Porém a pobreza relacionada a questões materiais é completamente suscetível à cultura e aos costumes de cada sociedade. O estilo de vida norte-americano é muito diferente do estilo de vida das pessoas que trabalham nas plantações de arroz asiáticas, por exemplo. O primeiro dá bastante valor ao poder e status que a renda pode auferir, ou seja, o estilo é bastante consumidor. Já o segundo, não se apega tanto à necessidade de compra para obter felicidade. O que não significa que os plantadores de arroz tenham uma vida paupérrima e infeliz, e sim que a importância dada às coisas materiais são interpretadas de maneiras diferentes.

---

<sup>9</sup> SEN, A. (1979) **Equality of what?** Stanford University,

## **Capítulo II**

### **O que é desenvolvimento**

#### **2.1 Introdução**

Quando nos deparamos com a palavra desenvolvimento nos vem à mente muitas condições que podem provê-lo, mas quase que predominantemente nos vem a ideia de alto nível de renda. Melhor dizendo, é quase automático imaginarmos desenvolvimento e logo associarmos o mesmo aos países desenvolvidos justamente pelo alto nível de renda de sua população, conseqüente fruto de grandes esforços em educação e saúde, pressupõe-se. Desse modo, países em desenvolvimento que almejam alcançar o apreciado desenvolvimento devem seguir uma forma simples: ficarem ricos e depois investir nos aparatos sociais, ou seja, desenvolver o lado econômico para depois conseguir o desenvolvimento social. Certo? Acredita-se que não.

O problema é que muitos dos países atuais considerados desenvolvidos lidaram com seu próprio amadurecimento em outra situação de mundo, ou seja, numa época ao qual não existia uma competição tão acirrada entre mercados e produção baseado em grandes investimentos e em tecnologias, aos quais hoje precedem grande evolução no conhecimento e provisão de dinheiro para promover as pesquisas. Vantagens essas que os países em desenvolvimento não conseguem obter de maneira fácil e sustentada a fim de alcançar e competir com os próprios criadores da forma de produção atual. Hoje o desafio é muito maior para os países em desenvolvimento, pois além de terem de chegar ao nível estipulado pelos países desenvolvidos, eles têm de ter planos para ultrapassarem os mesmos, afinal a economia é dinâmica e a cada dia é reinventado um novo ritmo de produção e associação de inovação.

#### **2.2 Liberdade**

Amartya Sen (2000) em *Desenvolvimento como Liberdade* demonstra seus conhecimentos sobre o desenvolvimento e nomeia duas vertentes do mesmo: o desenvolvimento feroz e o desenvolvimento amigável. O feroz é aquele que exige “sangue, suor e lágrimas”, ou seja, é a visão ao qual o desenvolvimento é visto como recompensa após muito sofrimento e trabalho árduo, uma conquista após a outra para dar seqüência a cada etapa para alcançar o objetivo: qualidade de vida. Por outro lado, o amigável acontece de forma mais sustentada e alternativa que combina fatores que favorecem o ser e o meio ao qual vive, através de liberdades políticas e desenvolvimento social durante a formação

da criança em adulto. E é a segunda opção que desenvolveremos em tal capítulo. Afinal o desenvolvimento não pode ser um luxo dos países que possuem um alto nível de desenvolvimento econômico; ao contrário, o desenvolvimento deve abranger todas as variáveis que envolvem bem-estar e não necessariamente precisa desenvolver cada aspecto por vez. O desenvolvimento deve crescer e atender todos os aspectos que uma população necessita como saúde, educação, segurança, alta expectativa de vida entre outras coisas e a renda deve ser vista como um instrumento para alcançar tais fatores que proporcionam qualidade de vida. A renda em si, não deve ser parâmetro se analisado isoladamente.<sup>10</sup>

Segundo o autor, a máxima do desenvolvimento é a liberdade. Essa liberdade se desdobra em muitas funcionalidades e variações, promovendo o desenvolvimento. Porém ela mesma, não pode ser considerada apenas como um fim ou um instrumento. A liberdade é o próprio fim e instrumento para o mesmo, afinal não existe desenvolvimento se não houver liberdade de ação e de escolha. Assim, Sen detecta dois tipos de liberdade: as substantivas e as instrumentais. As liberdades substantivas são aquelas referentes a evitar privações, como passar fome, subnutrição, morbidez evitável, morte prematura, saber ler, escrever, fazer contas bem como ter liberdade de expressão, participação política e acesso à imprensa livre. Ou seja, necessidades referentes a qualquer ser humano em qualquer lugar do mundo para garantir suas tomadas de decisões bem como seu discernimento para um bom convívio com os outros seres que convivem a sua volta.

Por outro lado, as liberdades instrumentais são as que contribuem, direta ou indiretamente, para uma liberdade mais global, melhor dizendo, são as que proporcionam liberdade de escolha para os indivíduos viverem de maneira que lhes parecem mais interessante. Elas são profundamente envolvidas e relacionam-se entre si, o que acaba promovendo a capacidade das pessoas viverem mais livremente. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

As *liberdades políticas* se referem basicamente aos direitos civis, como poder escolher qual governante liderará seu país, fiscalizar e criticar autoridades políticas bem como possuir e ter acesso a uma imprensa livre. Já *facilidades econômicas* referem-se a livre decisão de utilizar seus recursos econômicos para consumo, produção, investimento, poupança ou troca. Assim como disponibilidade e acesso a financiamento e crédito,

---

<sup>10</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 54.



evitando grande disparidade distributiva. *Oportunidades sociais* trata-se da liberdade mais complexa, pois infere o acesso a saúde, educação e demais disposições que favorecem uma vida saudável e garantem participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas para todos os agentes. Assim sendo, *garantias de transparências* visam garantir a segurança nas transações e relações que os indivíduos promovem entre si e entre instituições que fazem parte do dia a dia, inibindo corrupção, irresponsabilidade financeira e transações ilícitas. E por fim, *segurança protetora*, serve para suprir a vulnerabilidade que os indivíduos estão sujeitos ao passar por alguma mudança no cenário que está inserido, como é o caso do seguro desemprego, ajuda financeira a famílias (ou indivíduos) de baixíssima renda, distribuição de alimentos em épocas de crise, entre outras garantias simples ao qual o sujeito pode necessitar devido à adversidades.

Todas essas liberdades se relacionam e se complementam devido à complexidade que é possuir um estilo de vida agradável e seguro. Ou seja, o desenvolvimento é uma questão multidimensional, que afeta várias esferas que fazem parte da vida das pessoas, incluindo as disposições sociais e questões mais econômicas, como é o caso da mensuração da renda como forma de medir desenvolvimento. Entretanto, não há intenção de menosprezar a importância que a renda agrega ao desenvolvimento, mas sim encaixá-la em tal contexto. Um aumento no poder econômico da população significa enriquecimento tanto da sociedade quanto do governo, e é justamente esse maior poder econômico governamental que acaba favorecendo toda a sociedade. Afinal com mais dinheiro, devido ao aumento de impostos sobre a renda, por exemplo, o Estado pode optar por financiar necessidades sociais que alcançariam e proporcionariam melhoria na qualidade de vida de todos seus governados. Ou seja, a renda privada acaba por contribuir com a expansão de serviços sociais, através de uma tímida distribuição de oportunidades e de renda à longo prazo. Longo prazo pois, as oportunidades sociais criadas através da educação, saúde, cultura e segurança acabam por influenciar a geração de renda (desenvolvimento econômico) e alcançar parcelas da sociedade que não possuíam informação em relação a um planejamento familiar, por exemplo, como a questão das taxas de natalidade. A alfabetização e conscientização da mulher é um dos fatores que mais contribuem para o desenvolvimento econômico, pois métodos de prevenção de gravidez, doenças sexualmente transmissíveis bem como melhores cuidados relacionados a higiene e alimentação proporcionam maior controle sobre gastos e contemplam uma vida mais programada e segura. Uma das formas mais abrangentes que garantem a liberdade é o acesso à informação.

*“[...] a expectativa de vida realmente tem uma correlação significativamente positiva com o PNB per capita, mas essa relação funciona sobretudo por meio do impacto do PNB sobre (1) as rendas, especificamente dos pobres, e (2) os gastos públicos com serviços de saúde em especial.”<sup>11</sup>*

A relação positiva que ele menciona entre Produto Nacional Bruto per capita elevado e expectativa de vida afeta as relações humanas de forma diferente. Pessoas mais pobres têm por necessidade quase que total o gasto de seus rendimentos em necessidades básicas, gastando com comida para sobreviver, por exemplo. Quando o nível de renda torna-se mais elevado, supõe-se que há uma melhora em relação a toda população, acreditando que há plena distribuição de renda, afinal a média (como é o caso do PNB) tende a mascarar os extremos. Ou seja, uma família que obtém um aumento no nível de renda começa a realocar seus rendimentos de outra maneira, por exemplo, colocando seus filhos em escolas particulares, aulas de inglês, os próprios pais começam algum curso profissionalizante quando não começam uma faculdade. Toda essa mudança de comportamento acaba agregando alguns valores que muitas vezes as pessoas não praticavam por falta de tempo ou por falta de informação, como fazer uma atividade física ou melhorar a alimentação com comidas mais balanceadas e nutritivas de modo a influenciar positivamente a expectativa de vida dos mesmos e precisando menos do amparo dos sistemas de saúde.

Da mesma forma, o aumento do nível de renda de um país como um todo, facilita a provisão de dinheiro que pode ser usado para a saúde, por exemplo, através de investimentos sociais partindo do governo. Uma vez que a economia vai bem, significa que o nível de desemprego é bem menor e que o governo deixa de “banciar” uma grande quantidade de pessoas que estão atrás de um emprego, como é o caso do Seguro Desemprego. Essa desoneração das finanças governamentais favorece o investimento em saúde e educação por parte das autoridades de modo a garantir a base das liberdades e do desenvolvimento que Sen defende como primordiais para alcançar uma vida mais digna e justa para todos. Dessa maneira, liberdade e desenvolvimento acabam proporcionando mais autonomia para os cidadãos. Ao serem instruídos e terem chance de entrar no mercado de trabalho sem muita desvantagem em relação outros concorrentes, os indivíduos deixam de ser afetados pelo histórico de infância e família que o desfavorece, e passa para o desenvolvimento e a autonomia garantido pela sua capacidade. Pelo conhecimento

---

<sup>11</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 65.

agregado, fornecido através de políticas públicas e sociais, há garantia de uma competição mais justa em relação a todas as pessoas.

### **2.3 Combate à Pobreza**

Para Sen existem duas formas de reduzir a mortalidade e a marginalização de forma eficaz. Uma delas é um processo “mediado pelo crescimento”, ou seja, através do aumento da renda e do emprego, há expansão dos serviços sociais como educação segurança e saúde. Melhor dizendo, o maior nível de renda acaba livrando certa porcentagem da renda que antes era gasta por completo em consumo imediato (comida, basicamente) para elevar a qualidade de vida, como consumindo alimentos mais saudáveis, tendo acesso a informações de higiene, cultura, lazer e acesso à saúde. Outro processo é “conduzido pelo custeio publico” ao qual não se relaciona diretamente com o crescimento econômico rápido e sim com a provisão dos serviços sociais de saúde, educação e outras disposições sociais relevantes por parte dos programas sociais governamentais.

A discussão do autor se torna um tanto quanto polêmica quando o mesmo defende que o acesso à saúde e educação é completamente possível através do financiamento público, mesmo quando o nível econômico do país não é elevado. Para Sen, a justificativa que os governos dão para fundamentar que tais investimentos só serão possíveis após elevação do nível de produção econômico não passa de desculpas esfarrapadas. Sen declara que o acesso a educação e saúde em países em desenvolvimento é possível visto que tais atividades são intensivas em mão de obra, o que nesses países são caracterizados por salários baixos. Ou seja, oferecer tais serviços à população que não pode pagar pelos mesmos é barato para o Estado. Em parte ele tem razão, mas acredita-se que a solução não seja tão simples assim, afinal, apesar de os salários serem mais baixos em tais países, a qualificação para tais funções continuam sendo as mesmas em qualquer país do mundo, exigindo uma base de educação muito mais complexa, o que novamente retorna a condição que limita o acesso à educação da grande maioria. Porém o fato da saúde e educação contribuírem para o aumento do nível de renda não deixa de ser um ótimo argumento para investir em tais disposições sociais sem esperar que o país pobre alcance o status do país rico.

“O Estado e a sociedade tem papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda.”<sup>12</sup>

Sen, ao defender o desenvolvimento através das liberdades esquece que muitas vezes, apesar de toda capacitação que o indivíduo possa ter, nem assim, ele alcançará sua plena satisfação. Isso acontece justamente pelos diferentes níveis de poder que as pessoas possuem no mercado<sup>13</sup>, melhor dizendo, algumas pessoas obtêm riqueza e satisfação com seu próprio esforço mas outras possuem maior riqueza com o trabalho alheio, como é o caso dos oligopólios e grandes corporações, ou seja, a verdadeira realidade. Desse modo, a capacitação plena do agente pode não ser garantia de um pleno desenvolvimento justamente pelas desigualdades que a realidade impõe como adequar-se ao mercado de trabalho por uma remuneração basicamente fixada, por exemplo. Existem fatores externos que influenciam a produção e o mercado de trabalho.

## 2.4 Conclusão

Pobreza como conhecemos, nada mais é do que um resultado de privações importantes para a manutenção do bem estar no decorrer da vida. As liberdades instrumentais se encaixam em qualquer estilo de vida em qualquer sociedade, pois promovem a autonomia para o indivíduo ser livre e fazer suas escolhas próprias. Já as liberdades substantivas possuem um caráter mais político, que abrange o relacionamento em sociedade e liberdades mais “adultas”. Mas é indiscutível a necessidades de ambas as liberdades para promover o desenvolvimento humano e social em qualquer idade da vida.

Mas, refletindo sobre a ideia de perfeita liberdade encontramos alguns obstáculos ao qual a liberdade plena esbarra. Como é o caso das *facilidades econômicas*. A liberdade de escolher sobre o que fazer com sua renda muitas vezes não ocorre de maneira espontânea, como é o caso da nossa realidade. Muitas pessoas não conseguem acesso ao crédito justamente por não auferir renda necessária a tal empréstimo, por exemplo. Neste caso, mesmo que a pessoa tenha usufruído de todas as liberdades desde seu nascimento, uma situação ao qual sua renda não condiz com o padrão não possibilita a retirada de tal montante. É o mesmo caso do livre acesso aos mercados de trabalho. Por melhor que seja sua capacitação, é muito improvável o sujeito aparecer em um país e eles prontamente lhe oferecerem emprego. Um exemplo próximo de mobilidade de mercados de emprego é a

---

<sup>12</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 77.

<sup>13</sup> SAWAYA, R. R. **Liberalismo humanista: Amartya Sen e o Desenvolvimento**

União Européia, mas que também apresenta fortes barreiras à entrada de estrangeiros em busca de emprego. Assim, notamos que Sen, por mais idealizador que seja, acaba deixando de lado fatores externos que dificultam a plena liberdade.

## Capítulo III

### A questão da política social

#### 3.1 Introdução

Sen em *Desenvolvimento como Liberdade*<sup>14</sup> defende a ação do Estado como provedor de ações que promovam maior igualdade entre os cidadãos. Mas neste capítulo ele trata da questão do liberalismo do mercado e a interferência estatal. Independente da forma presente em cada sociedade, para o autor os indivíduos devem sempre ter uma percepção crítica acerca de sua sociedade, bem como de seu governo. Afinal para prover uma boa política pública o alcance e o papel dos mercados não podem ser determinados, mas também não podem ser completamente abrangente, ou seja, nem favorecer tudo ao mercado e nem negar tudo.

#### 3.2 As Abordagens

Sen utiliza as ideias de Adam Smith para justificar sua preferência por uma abordagem múltipla, ou seja, com o mercado e sua dinâmica, mas com interferências governamentais comedidas e de acordo para preservar o bem de todos os indivíduos. Para o economista clássico, a lógica intervencionista é justificável dado que os sinais que o mercado fornece podem ser enganosos, acarretando desperdício de capital, devido a um empreendimento privado mal orientado ou errado, ou o desperdício privado de recursos sociais. Atualmente é justamente o desperdício de recursos sociais que mais interferem nas relações sociais, afinal quando há perda social envolvida, as produções privadas acabam por afetar o meio ambiente através da poluição, por exemplo, ou seja, há diminuição dos fundos produtivos da sociedade. Dessa forma, não há como fugir da necessidade do exame crítico.

A abordagem múltipla do desenvolvimento torna-se justificável pela necessidade de equilibrar o papel do governo e suas instituições políticas e sociais de acordo com o funcionamento do mercado. Ou seja, a abordagem deve ser integrada e multifacetada para promover um progresso simultâneo entre as várias instituições que reforçam mutuamente a questão da igualdade e do desenvolvimento. Para Sen não é bom negócio desenvolver cada frente por vez, justamente pela ligação que as mesmas acabam fortalecendo entre si. Não é

---

<sup>14</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Capítulo 5.

coerente e muito menos realizável o desenvolvimento da saúde sem o acompanhamento e desenvolvimento da educação, por exemplo. Afinal, por questões óbvias, existem muitas coisas para promover o bem estar do indivíduo que requer o mínimo de asseio e informação seja para lavar as mãos antes das refeições, limpar os alimentos, entre outras frentes que não podem ser deixadas de lado, como é o caso da infraestrutura. Mesmo tendo acesso à educação e à saúde, se há privação de infraestrutura de qualidade, muitas das ações aprendidas ficam impossibilitadas de serem colocadas em prática. Por exemplo, uma criança que sabe que tem lavar as mãos antes de comer e depois escovar os dentes, o faz em água muitas vezes não encanada e conseqüentemente sem tratamento, podendo contrair alguma doença. Ou mesmo, através da utilização da água contaminada para cozinhar e lavar os alimentos, possibilitando o adoecimento de famílias inteiras.

*“Combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de oportunidades sociais deve ser visto como parte de uma abordagem ainda mais ampla que também enfatiza liberdades de outros tipos (direitos democráticos, garantias de segurança, oportunidades de cooperação etc)”*.<sup>15</sup>

### **3.3 Os Bens Públicos**

Justificando a necessidade da ação de outras instituições que não a do próprio mercado, Sen utiliza-se do exemplo da provisão dos bens públicos. Teoricamente a eficiência do mecanismo de mercado é que tudo aquilo que precisamos para o bem estar, seja um bem material, seja um serviço, pode ser encontrado e assim negociado no mercado. Porém a essência do mercado poder ser falha quando se trata dos bens públicos, pois sua prerrogativa é que as pessoas consumam simultaneamente o bem, e não separadamente, como é o caso da lógica do mercado privado.

Para deixar mais clara a questão, pode-se pensar nas questões de preservação ambiental, epidemiológica e provisão de serviços públicos de saúde. Por exemplo, muitas vezes o indivíduo paga por sua parte em um programa de erradicação de uma doença, mas não pode comprar a própria parte de proteção de tal doença, como se faz em qualquer situação de bem privado. Por mais que se adquira a proteção contra a doença, não é garantido que as pessoas com quem se convive e os lugares aos quais se frequenta, todas as pessoas tenham tido a mesma determinação e tenham tomado a mesma precaução que o

---

<sup>15</sup> SEN, A. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia de Bolso, São Paulo-SP; Página 70

indivíduo de proteger-se da doença. Ou seja, por mais que tenha adquirido tal proteção, ela não é garantia dado que o ambiente de convivência não é controlado. Assim, o meio livre da doença adquire o status de bem público, afinal o consumo é direito de todos e acontece simultaneamente aos que convivem no mesmo local, assegurando mais proteção a todos. Pois se fosse um bem privado, muitas pessoas poderiam não consumir dado diversas adversidades, sendo a impossibilidade de adquirir o bem uma desadequação de renda bem como por falta de produto para toda a demanda, entre muitas outras coisas.

O alcance limitado do mercado privado, justamente por sua base racional de bens privados, é que garantem a provisão do bem público como é o caso da defesa, policiamento e proteção ambiental. A questão da educação já faz parte da ideia de bens semi públicos, pois ela pode ser fornecida tanto pela iniciativa privada quanto pelo governo, mas o benefício de um maior nível de educação de uma população como um todo é compartilhada para toda a sociedade. Porém, é justamente o Estado que mais tem se destacado nas economias que investiram em educação e hoje gozam de um nível de vida e de desenvolvimento muito mais significativo, dado que a disseminação da alfabetização baseia-se em baixo custo da educação pública combinada com seus benefícios públicos:

*“Assim, considerações sobre a eficiência suplementam o argumento em favor da equidade quando se defende a assistência pública na provisão de educação básica, serviços de saúde e outros bens públicos (ou semipúblicos)”*.<sup>16</sup>

### **3.4 Os Auxílios e o Emprego**

Independente das justificativas demonstradas anteriormente a favor dos gastos governamentais para favorecer o desenvolvimento econômico e a mudança social, não se pode esquecer dos problemas que as intervenções podem causar. Problemas esses que podem estar ligados à instabilidade macroeconômica como é o caso do ônus fiscal do dispêndio público, déficits orçamentários, inflação entre outras questões que estão em constantes discussões sobre a política econômica atual. Outro tipo de problema causado pelos incentivos e efeitos que um sistema de custeio público pode produzir é desincentivando a iniciativa e distorcendo os esforços individuais.

Ou seja, algumas pessoas acreditam que o incentivo e o custeio público possam afetar a vontade do cidadão em procurar um emprego, desenvolver-se para contribuir para

---

<sup>16</sup> Ibid, página 172.



o desenvolvimento econômico e social de sua sociedade. Sen não acredita que isso possa ser a realidade da maioria. Ele não nega que possam existir pessoas que deixam de viver por seus próprios meios justamente pela comodidade que um auxílio governamental possa proporcionar, mas a maioria das pessoas procuram empregos por diferentes razões e não apenas visando à renda em troca. As pessoas buscam emprego para se sentirem úteis como um todo, para aplicarem os conhecimentos agregados ao longo de muitos anos de estudos durante a vida e assim contribuírem para a formação de uma nação mais pródiga, preparada e com elevado nível de vida, bem como para alcançar sua liberdade econômica e, muitas vezes, constituir família. Prova disso é que em muitos países o seguro-desemprego não desestimulou a busca por novas oportunidades, e sim garantiu uma tranquilidade maior durante a procura de um novo emprego, garantindo a segurança, moradia e comida.

Mas é preciso muito cuidado para que os auxílios e os sistemas de custeios públicos realmente alcancem os necessitados e não favoreçam pessoas ou setores que acabam se agregando de forma equivocada a tal parcela de gasto público. Assim, é necessário analisar o grau que os beneficiários necessitam desses serviços e o quanto a própria pessoa poderia ter pagado por esses serviços no caso da falta da provisão pública. Para Sen “*o argumento central em favor dessa transferência é baseado em princípios, e não estratégicos*”<sup>17</sup>, ou seja, a privação de capacidades é um critério de desvantagem que obtém na renda uma forma de minimizá-la, dado que a mesma é apenas instrumental e seu valor intrínseco depende de outras circunstâncias sociais e econômicas. Segundo o autor, os auxílios governamentais primariam para uma equidade de capacidades dos agentes e posteriormente para uma visão mais estratégica de modo a favorecer a sociedade através das transferências feitas pelo governo.

*“Se o governo concedesse subvenções às pessoas tendo por base apenas a pobreza delas (deixando que eles paguem com sua própria renda pela assistência médica, serviços educacionais etc.), é provável que houvesse uma considerável manipulação das informações. O enfoque sobre funcionamento e capacidades tende a reduzir as dificuldades de compatibilidade de incentivos.”*<sup>18</sup>

Primeiramente, as pessoas geralmente não recusam educação, tratamento por uma doença e eliminação da subnutrição. A própria essência humana tende a pesar contra

---

<sup>17</sup> Ibid, página 175.

<sup>18</sup> Ibid, página 176.

promoção deliberada de privações elementares. Segundo, há fatores fundamentais que podem ser muito mais profundos do que a renda na questão de ajustamento de necessidades, como é o caso de deficiências físicas, velhice, características típicas de cada sexo e outros fatores que são fontes particularmente sérias de deficiência de capacidades por estarem fora do controle das pessoas afetadas, e justamente por isso, não são passíveis de distorções de incentivos. Terceiro, os próprios beneficiários tendem a dar mais atenção a funcionamentos e capacidades que promovem um nível de qualidade de vida mais elevado do que meramente ganhar mais dinheiro. Quarto, o redirecionamento da medida da pobreza para as deficiências de capacidades favorece a provisão pública para educação e saúde, visto que não há como alguém se “aproveitar” de tal recurso, a não ser que realmente o necessite e não o tenha.

Os programas de serviços diretos como assistência médica e educação são menos sujeitos a abusos, pois não há transferência de renda e sim de serviços e benefícios devido à necessidade do sujeito. Por isso, incentivos à provisão de serviços de saúde e educação estão sempre relacionados a deficiências de capacidade e as condições econômicas referentes ao que a pessoa pode pagar. Quando o custeio social é feito através da análise das condições descritas acima, ou seja, por uma necessidade específica, há menores possibilidades de distorções, já que os serviços são específicos e intransferíveis.

Mas se a ideia for prover serviços gratuitos somente para pessoas pobres têm-se o porém do acesso as condições econômicas do agente para apurar quem é merecedor do benefício. Acontece que isso é muito difícil, pois em países que não é fácil extrair informações sobre renda e riqueza da população, esse método de beneficiar alguma parcela da sociedade cai por terra. Então, no caso, a solução seria beneficiar toda a população sem distinção orçamentária, como é o caso do SUS brasileiro. Com o próprio nome diz, o Sistema Único de Saúde é um serviço nacional que abrange toda a população brasileira sem distinguir quem é rico e quem é pobre.

Essa abordagem mais ambígua, a de favorecer todos os cidadãos, acaba por gerar algumas distorções que Sen relata. São distorção de informação, de incentivo, desutilidade e estigma, custos administrativos, perda invasiva e corrupção e sustentabilidade política e qualidade. A *distorção de informação* refere-se aos “trapaceiros”, ou seja, aqueles que declaram ter renda inferior às que realmente possuem e acabam por desqualificar alguns casos genuínos. A assimetria informacional não permite eliminar as fraudes sem pôr em risco alguns beneficiários honestos. A *distorção de incentivo* se refere à perspectiva do indivíduo perder o auxílio se conseguir uma remuneração acima da aceita, de forma a

inibir as atividades econômicas, os quais se caracterizariam como custos sociais da mudança de comportamento. Já *desutilidade e estigma* tem a ideia de que pela busca de um público alvo e assim sua caracterização como o mesmo (carente, por exemplo) acabe por rotular e estigmatizar o indivíduo, afetando seu respeito próprio, distorcendo a busca por auxílio e gerando custos e perdas envolvidos no sentimento de ser estigmatizado. *Custos administrativos, perda invasiva e corrupção* tratam da questão de custos administrativos vultosos por abranger um público alvo, com gastos burocráticos, perda de privacidade e autonomia pela necessidade de revelar sua riqueza. Podendo também encadear maior possibilidade de corrupção devido a grande exposição do indivíduo de forma a abrir margem para pagamento para que a concessão desses benefícios seja facilitada. E *sustentabilidade política* e qualidade discutem que o público alvo muitas vezes são politicamente fracos para defender os programas nas disputas políticas e muito menos para manter a qualidade do serviço demandado.

### **3.5 Conclusão**

Tais considerações tem o intuito de salientar as dificuldades de uma política com público alvo e não classificá-la como inútil e sempre problemática. O direcionamento para um público específico é uma tentativa de maximizar as ações do estado para as pessoas com maiores necessidades e com menos oportunidades. Mas não é por isso que o indivíduo deve sempre esperar a ajuda do Estado ou, mesmo pela ajuda do próprio, não utilizar seu senso crítico para cobrar resultados em outras áreas. É imprescindível que as pessoas, tanto os beneficiários quando os não beneficiários tenham a postura de agentes e não de pacientes inertes, justamente para que suas atividades possam fazer com que o direcionamento das políticas sejam reais e agregativas, favorecendo o enriquecimento das capacidades. As oportunidades e as perspectivas dependem crucialmente das instituições que existem, do modo como elas funcionam e como os agentes lidam com suas capacidades a fim de garantir benefícios aos mesmos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das considerações elaboradas acima se justifica na medida em que o autor analisado apresenta uma proposta de desenvolvimento inovadora e que é aceita recentemente nos principais organismos de representação de ideias, nos governos e instituições diversas ao redor do mundo. Pois é através da humanização, democracia e a busca do bem estar social de toda a sociedade que se faz a oportunidade de um convívio melhor entre os seres humanos. Dada a globalização e a integração que os países vivem hoje, mais do que nunca é necessário rever o conceito de desenvolvimento, pobreza e de bem estar.

As ações pessoais independente de profissões, nível de conhecimento ou países devem promover o desenvolvimento social, acima de tudo. Cada vez mais é necessário algum tipo de intervenção para promover uma melhoria no relacionamento entre as pessoas. Essas ações acabam surgindo do Estado por poder abranger todos os integrantes de um país bem como por possuir orçamento para bancar certas ações e ser reflexo para outras comunidades.

Capacitar os agentes é uma forma de promover o desenvolvimento em geral através da autonomia da sociedade perante o mercado de trabalho e o padrão de produção. Indivíduos mais capacitados se tornam mais aptos a trabalhos mais qualificados e que remuneram melhor, ou seja, proporcionam uma elevação na qualidade de vida da população como um todo, refletem em melhorias proporcionais a toda população, contribuindo para a erradicação de desigualdades sociais e econômicas. Uma sociedade mais igualitária tende a repudiar ações violentas, desumanas e de desrespeito contra a natureza, pois possuem a consciência de que prejudicar o próximo acaba por desestabilizar vários tipos de relações que acabam por refletirem negativamente para própria pessoa causadora do mal.

É cada vez mais necessário mudar a consciência da população que cada vez mais pensa no ter e deixa de lado o ser. O estilo de vida que segrega não combina com a sociedade defendida por Sen, ao qual o dinheiro deve ser apenas um meio para alcançar o bem estar. Pois o bem estar não se compra com o dinheiro, e sim com liberdade para escolher suas ações sem necessidade de preocupação com a segurança, por exemplo.

A liberdade sustentada por Sen deve ser uma conquista de cada agente de poder escolher qual governante será o mais adequado para liderar seu país, qual religião é a mais reconfortante para sua vida e seu modo de ser sem discriminar, julgar ou maltratar quem

não possui a mesma orientação religiosa. A liberdade é cada vez mais uma expressão do bom senso e da consideração que as pessoas possuem diante de situações cotidianas e importantes que cada vez mais são banalizadas, como casos de corrupção ou qualquer tipo de violência. Ter liberdade é possuir visão crítica e saber utilizá-la para algo construtivo e inspirador, que promova o desenvolvimento.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BLUNDEN, A. **Amartya Sen on well-being and critical voice**. Disponível em:

<<http://home.mira.net/~andy/works/sen-critical-voice.htm>> Acesso em: 15 de Março de 2012.

CHACKALACKAL, S. In defence of theoretical ethics - A Critique on Amartya Sen's *The Idea of Justice*. **Journal of Dharma**, v.35, n.4, p.369-392, Oct.-Dez. 2010. Disponível em:

<[http://dvh.academia.edu/SajuChackalackal/Papers/385980/In\\_Defence\\_of\\_Theoretical\\_Ethics\\_A\\_Critique\\_on\\_Amartya\\_Sens\\_The\\_Idea\\_of\\_Justice](http://dvh.academia.edu/SajuChackalackal/Papers/385980/In_Defence_of_Theoretical_Ethics_A_Critique_on_Amartya_Sens_The_Idea_of_Justice)> Acesso em 15 de Março de 2012.

MYHRVOLD-HANSSSEN, T. L. (2003) **Democracy, News Media, and Famine**

**Prevention: Amartya Sen and The Bihar Famine of 1966-67**. Disponível em:

<<http://www.disasterdiplomacy.org/MyhrvoldHanssenBiharFamine.rtf>> Acesso em 15 de Março de 2012.

SAWAYA, R. R. (2004) **Liberalismo humanista: Amartya Sen e o Desenvolvimento**.

Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/articleview/388/1/81/>> Acesso em 11 de Março de 2012.

SEN, A. (1785) **The Standard of Living**. Disponível em:

<<http://www.tannerlectures.utah.edu/lectures/documents/sen86.pdf>> Acesso em: 4 de Abril de 2012.

SEN, A. (1979) **Equality of what?** Disponível em:

<<http://www.uv.es/~mperezs/intpoleco/Lecturcomp/Distribucion%20Crecimiento/Sen%20Equality%20of%20what.pdf>> Acesso em: 19 de Março de 2012.

SEN, A. (1987) **Food and Freedom**. Disponível em:

<<http://library.cgiar.org/bitstream/handle/10947/556/craw3.pdf?sequence=1>> Acesso em: 4 de Abril de 2012.

SEN, A. (1989) **Development as Capability Expansion**. Disponível em: <

[http://morgana.unimore.it/Picchio\\_Antonella/Sviluppo%20umano/sviluppo%20umano/Sen%20development.pdf](http://morgana.unimore.it/Picchio_Antonella/Sviluppo%20umano/sviluppo%20umano/Sen%20development.pdf)> Acesso em: 4 de Abril de 2012.

SEN, A. (1997) **Development Thinking at The Beginning of The 21st Century**.

Disponível em:

<[http://eprints.lse.ac.uk/6711/1/Development\\_and\\_Thinking\\_at\\_the\\_Beginning\\_of\\_the\\_21st\\_Century.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/6711/1/Development_and_Thinking_at_the_Beginning_of_the_21st_Century.pdf)> Acesso em: 4 de Abril de 2012.

SEN, A. (1999) Democracy as a Universal Value. **Journal of Democracy**, v.10, n.3, p.3-17, July 1999. Disponível em:

<[http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Democracy\\_as\\_a\\_Universal\\_Value.pdf](http://www.unicef.org/socialpolicy/files/Democracy_as_a_Universal_Value.pdf)>. Acesso em: 4 de Abril de 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000. 461p.

SEN, A. Rational Fools: A critique of the behavioral foundations of economic theory.

**Philosophy & Public Affairs**, v.6, n.4, p.317-344, 1977. Disponível em:

<<http://www.mediafire.com/?noo4zntv5gl>> Acesso em: 19 de Março de 2012.

SEN, A. Rationality and Social Choice. **The American Economic Review**. v.85, n.1, p.1-

24, 1995. Disponível em: <<http://people.su.se/~guarr/Demokratikurs/Sen.pdf>> Acesso em: 4 de Abril de 2012.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. (2009) **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. Disponível em:  
<<http://media.ft.com/cms/f3b4c24a-a141-11de-a88d-00144feabdc0.pdf>> Acesso em: 4 de  
Abril de 2012.